



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

LEI Nº 314/99, de 07 de outubro de 1999.

“Fixa Subsídios dos membros do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL – MS, com fulcro no artigo 29, Incisos V e VI, combinado com o artigo 37, Incisos X e XX, e ainda com o artigo 39, § 4º, da Constituição Federal (modificados pela Emenda Constitucional nº 19 de 04/06/98), aprovou e o **PREFEITO MUNICIPAL** sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica fixada a parcela única mensal dos subsídios dos membros do Poder Legislativo, na forma abaixo discriminada:

- a) Subsídios de Vereadores: R\$ 2.140,00 (dois mil, cento e quarenta reais);
- b) Subsídios do Presidente da Câmara Municipal: R\$ 3.210,00 (três mil, duzentos e dez reais);
- c) Subsídios do Primeiro Secretário da Câmara Municipal: R\$ 2.782,00 (dois mil, setecentos e oitenta e dois reais).

§ 1º - O valor do desconto pela ausência do vereador às sessões, será obtido dividindo-se o total do subsídio pelo número de sessões havidas no mês.

§ 2º - Somente serão pagas as sessões extraordinárias, convocadas pelo Executivo Municipal, cujo valor serão os mesmos das sessões ordinárias.

§ 3º - Fica vedada a percepção de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, sendo que os detentores de mandato eletivo serão remunerados exclusivamente por subsídio ora fixado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 2º - O valor mensal dos subsídios dos membros do Poder Legislativo, não poderá ultrapassar a 75% (setenta e cinco por cento) daquele estabelecido em espécie aos Deputados Estaduais e nem ao percentual de 5% (cinco por cento) da Receita do Município.

§ 1º - Para o efeito do estabelecido no “caput” deste artigo, o confronto será efetuado através do Balancete Contábil do mês anterior a ser informado pelo Executivo Municipal, sendo que o valor que ultrapassar o limite, será necessariamente deduzido no mês em curso.

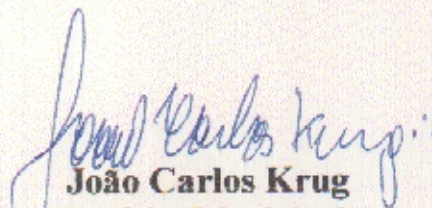
§ 2º - Para fins do parágrafo anterior, considera-se receita do Município, a efetivamente arrecadada deduzidos os valores contabilizados nas seguintes rubricas:

- I – Operação de Crédito;
- II – Alienação de bens móveis e imóveis;
- III – Indenizações e restituições;
- IV – Amortizações de empréstimos concedidos;
- V – Transferências da União ou Estado através de Convênio ou não, para a realização de obras ou manutenção de serviços típicos das atividades daquelas esferas de governo.

§ 3º - O valor dos subsídios do Presidente da Câmara ou de qualquer dos Vereadores, não poderá ultrapassar valor percebido em espécie, pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Chapadão do Sul (MS), 07 de outubro de 1999.


João Carlos Krug
Prefeito Municipal